



## **PARECER**

### **ASSUNTO: Análise de legalidade da anulação de alvarás de pesquisa por parte do DNPM da Bahia em função da criação de Unidade de Conservação**

#### **1. CONSULTA**

O SINDIROCHAS nos indaga sobre a anulação dos alvarás de pesquisa procedida pelo DNPM da Bahia e recentemente publicada no Diário Oficial da União.

É a síntese.

#### **2. RELATÓRIO**

No dia 05 de abril de 2018 entrou em vigor o Decreto nº 9.336, editado pelo Presidente da República, responsável por criar o Parque Nacional do Boqueirão da Onça, situado nos Municípios de Sento Sé, Juazeiro, Sobradinho e Campo Formoso, todos localizados no Estado da Bahia.

Ocorre que recentemente o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, através da Superintendência do Estado da Bahia, declarou a caducidade/nulidade de inúmeros alvarás de pesquisas concedidos às empresas do seguimento de exploração mineral, sob os argumentos de que, em razão da

aludida Unidade de Conservação (Parque Nacional), não é permitida atividade minerária nas áreas objeto de proteção.

### **3. FUNDAMENTOS**

Entendemos que a decisão proferida pelo DNPM está em desacordo com a lei, pois claramente extrapola o âmbito de sua competência e viola frontalmente a legislação ambiental.

Isto porque, em relação ao controle ambiental das atividades potencialmente degradadoras, o procedimento de licenciamento ambiental é de competência de órgãos específicos, cujo rol não faz parte o DNPM.

É de se dizer, ainda que haja a intervenção de diversos órgãos públicos além daqueles responsáveis pelo licenciamento, em princípio, somente os órgãos vinculados ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA é quem estão autorizados a emitir opiniões sobre os impactos ambientais de dada atividade.

Os demais, como é o caso do DNPM, não possuem qualquer poder de decisão ou de vinculação sobre o licenciamento, ou até mesmo sobre a viabilidade ambiental da atividade.

Apesar do Licenciamento Ambiental, em determinados casos peculiares, ser um procedimento complexo, a sobreposição de competência a diversos órgãos, de diversas esferas administrativas e entes federativos, inevitavelmente sujeita o empresariado à decisões e atos praticados por outro Órgão, de outro

ente da federação, o qual exerce a fiscalização da atividade sem a atribuição legal para tanto, tornando-os nulos de pleno de direito.

#### 4. CONCLUSÃO

Cada caso concreto deve ser avaliado individualmente, pois a restrição do desenvolvimento da atividade deve observar o critério locacional e as coordenadas do direito minerário em relação aos limites da Unidade de Conservação (levando-se em conta a existência de plano de manejo e área de amortecimento, por exemplo).

Há ainda que se avaliar o estágio das pesquisas minerais e fase do processo de obtenção de concessão mineral para, se for o caso, pleitear perdas e danos (prevalecendo a limitação ao direito de exploração mineral na forma exposta acima).

Nada obstante, entendo que a anulação desses alvarás de pesquisa, que foi publicada em diário oficial, é arbitrária pois extrapola a competência do DNPM.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Em 09 de novembro de 2018.



**VICTOR ATHAYDE SILVA**

OAB/ES 11.726

*Assessor Jurídico*